

HABEAS CORPUS Nº 549.366 - ES (2019/0360282-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : WANTUIL RIBEIRO NUNES VENTANA
ADVOGADO : WANTUIL RIBEIRO NUNES VENTANA - ES030928
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : ANGELO MARCIO BARRETO PIRES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ÂNGELO MÁRCIO BARRETO PIRES – acusado suposta prática do crime de tráfico de drogas – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (0015355-90.2019.8.08.0000).

Na ação originária, a defesa alegou ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão preventiva e excesso de prazo para a formação da culpa. O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 32):

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRAFICO DE DROGAS. REQUISITOS DA PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. ORDEM DENEGADA. 1. O artigo 312 do Código de Processo Penal prevê que para a decretação da prisão preventiva são necessários indícios de autoria, prova da materialidade e a indicação de que a liberdade do réu represente risco à ordem pública, à ordem econômica, à conveniência da instrução criminal ou à aplicação da lei penal. 2. A configuração de ilegalidade pelo excesso de prazo não parte unicamente da contagem do tempo que a instrução leva para se realizar, mas passa pelo filtro dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando em conta a complexidade da causa, o numero de acusados, além de outros fatores. 3. Ordem denegada.

Nas razões do presente recurso, a defesa reitera a alegação de ausência de motivos legais para a prisão (art. 312 do CPP), ressaltando que o paciente apresenta sérios problemas de saúde, inclusive foi aposentado por invalidez. Sustenta, ademais, que a prisão cautelar viola o princípio da presunção de

inocência e da dignidade da pessoa humana.

Adicionalmente, aponta constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, ressaltando que o paciente se encontra segregado desde o dia 8/12/2018 sem que tenha sido concluído o processo. Destaca, ainda, a demora na elaboração do laudo pericial fonético.

No mais, destaca as condições pessoais favoráveis do paciente, como bons antecedentes, endereço certo e emprego fixo.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva e a expedição do alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, o Tribunal entendeu não haver ilegalidade na prisão, em razão da periculosidade do paciente, em razão da acusação de integrar uma associação criminosa voltada para o tráfico de drogas na Comarca de Muqui (e-STJ fl. 34).

Outrossim, verificou não haver demora injustificada, notadamente pelo elevado número de pessoas denunciadas.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, bem como o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator